

ÍNDICE

	Págs.
AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO.....	11

I

AS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS E A PRIVACIDADE

1. Uma novidade no âmbito das comunicações privadas.....	15
2. As tecnologias de informação e comunicação.....	19
3. A salvaguarda dos direitos expostos à interferência nas comunicações electrónicas.....	24
3.1. A protecção conferida pela Constituição.....	25
3.2. Os direitos implicados.....	35
3.2.1. A privacidade.....	35
3.2.2. A palavra.....	45
3.2.3. A inviolabilidade das comunicações privadas.....	51
3.2.4. A autodeterminação informacional.....	57
4. A complexa teia legislativa.....	64
4.1. As referências a nível internacional.....	64
4.2. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem.....	66
4.3. A estrutura legislativa nacional.....	68
4.3.1. Comunicações Electrónicas.....	69
4.3.2. Protecção de Dados.....	80
4.3.3. Criminalidade Informática.....	82

II

**AS INGERÊNCIAS NAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS
EM PROCESSO PENAL**

	Págs.
1. Os métodos ocultos de investigação	93
2. O tratamento conferido em outros ordenamentos jurídicos.....	103
2.1. Alemanha.....	103
2.2. Itália.....	108
2.3. Espanha	113
3. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.....	124

III

**O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CORREIO ELECTRÓNICO
ENQUANTO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA
EM PROCESSO PENAL**

1. Do Código de Processo Penal de 1987 até à Reforma de 2007	137
2. Posições críticas já adiantadas no contexto nacional. Alguma jurisprudência	146
3. Da não recondução das ingerências no correio electrónico ao regime das escutas telefónicas.....	172
4. Da não equiparação das ingerências no correio electrónico ao tradicional regime da apreensão de correspondência	183
5. Do momento posterior à comunicação: a aplicação do regime das buscas	190
6. Do momento da comunicação: da necessidade de uma autonomização de regime	206
6.1. Do acesso e obtenção de dados relativos às comunicações electrónicas	209
6.1.1. Da divisão tripartida e tratamento jurisprudencial.....	209
6.1.2. Da evolução legislativa	220
6.2. Propostas de regime para as ingerências em comunicações electrónicas.....	243
7. Considerações para uma actual compreensão das ingerências (ocultas) nas comunicações electrónicas.....	258
7.1. A vulnerabilidade das comunicações e os dois momentos do correio electrónico	258
7.2. A autonomização de regime fora do Código de Processo Penal — a recente Lei do Cibercrime.....	267

IV

A ESPECIAL PROTECÇÃO DAS ESFERAS DE SEGREDO

	Págs.
1. O segredo profissional.....	287
2. As relações de confiança	307

V

**A VIOLAÇÃO DA PROTECÇÃO LEGAL CONFERIDA
ÀS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS**

1. A consagração constitucional e legal das proibições de prova	312
2. A ilicitude material	333
APRECIACÕES FINAIS.....	349
BIBLIOGRAFIA.....	353
JURISPRUDÊNCIA E PARECERES	361